



O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Declaro iniciada a 16ª Reunião de Audiência Pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada em atendimento ao Requerimento nº 12, de 2023, CMO, de minha autoria, com o objetivo de discutir o PPA 2024-2027, no qual sou o Relator, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024-2027, mais especificamente o Eixo 3 — Defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania.

Eu fiz questão de trazer para cá, logo no início dos trabalhos, dentro do nosso PPA, os principais objetivos desse terceiro eixo para o nosso debate. V.Exas. vão ver a sua importância e logo, na sequência, vão compreender por que eu fiz o convite aos nossos ilustres convidados.

Objetivos: defender a democracia; reconstruir o Estado e a soberania; ampliar a democracia participativa, a transparência e o controle social; promover a ampliação e o contínuo aperfeiçoamento das capacidades estatais, com o fim de prestar serviços públicos de qualidade para a população, com o fortalecimento da cooperação federativa, para maior coesão nacional; intensificar a transformação digital nos três níveis de Governo, para ampliar a agilidade e a capacidade de entrega de resultados à população; atuar na defesa da soberania, do território nacional e dos interesses nacionais; promover a cooperação internacional e o desenvolvimento regional integrado; assegurar um regime fiscal e tributário com credibilidade, previsibilidade e sustentabilidade, que promova maior justiça social e ampliação de investimentos; e aperfeiçoar o sistema de Justiça para a ampliação do acesso e do exercício dos direitos.

Eu fiz questão de ler os objetivos porque eles já constam do nosso ideário aqui, o que justifica o convite que fizemos à Ministra de Estado da Gestão e Inovação, a Ministra Esther Dweck, exatamente nesse processo de reconstrução do Estado, tendo em vista o que nós passamos no último período. Apenas com democracia podemos ter avanço nos direitos. Qualquer retrocesso, qualquer



situação, como estado de exceção, estado de autoritarismo, enfim, não permite nem que façamos o debate sobre os direitos e seus avanços, em consideração à democracia que nós precisamos ter.

Muito obrigado, Ministra, por estar conosco.

Saúdo o Ricardo Lewandowski, professor, ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal — nós sempre temos orgulho de fazer essas referências —, hoje Presidente do Observatório da Democracia, que está presente também para nos auxiliar na reflexão sobre essa temática da democracia.

Saúdo também a Sra. Leany Barreto Lemos, Secretária Nacional de Planejamento, representando a Ministra Simone Tebet, do Ministério de Planejamento e Orçamento, e o Sr. Renato Simões, Secretário Nacional de Participação Social, da Secretaria-Geral da Presidência da República, que neste ato está representando o Ministro Márcio Macêdo. A Leany tem presença atuante aqui e na elaboração do Orçamento, junto com a sua equipe, assim como o Renato Simões.

Eu quero saudar também os colegas Deputados que já estão conosco aqui: Deputado Carlos Henrique Gaguim, Deputado Vicentinho Júnior, Deputado Alexandre Lindenmeyer, Deputado Luiz Couto, Deputado Fernando Mineiro.

Também contamos com o nosso sempre Deputado Amauri Teixeira, nosso ex-colega, que está presente aqui, além dos representantes das entidades da sociedade civil, aos quais saúdo.

E, à medida que se desenvolverem as atividades, nós vamos saudar os demais participantes da nossa audiência pública no dia de hoje, que também está sendo transmitida pela Casa, por várias redes, pela *TV Câmara*. As pessoas poderão acompanhar este debate neste momento.

Temos três projetos aqui de orçamento: o PLOA, o Projeto de Lei Orçamentária Anual; a LDO, a Lei de Diretrizes Orçamentárias — ambos estão sendo discutidos aqui nesta Comissão; e, neste ano, o PPA, o Plano Plurianual.



Quanto ao PPA, eu sempre tenho dito aqui, Ministros e convidados, que nós precisamos desenvolver uma cultura de planejamento no nosso País, uma cultura de planejamento que não olhe apenas o imediato, mas que faça uma previsão imaginando o nosso País. Quem ama o Brasil com certeza quer um país com esses aspectos que nós já falamos aqui, um país que cresça, que se afirme, que tenha a sua soberania.

Nós já fizemos três audiências públicas. A primeira foi com a Ministra Simone Tebet e o Ministro Márcio Macêdo. Depois fizemos uma em que aprofundamos o eixo do desenvolvimento social, também com vários Ministros e representantes de entidades da sociedade civil. O segundo encontro, maior, de aprofundamento do eixo temático sobre o desenvolvimento econômico com sustentabilidade, foi realizado com a presença do nosso Vice-Presidente da República, Geraldo Alckmin, que também é Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. E hoje trataremos do terceiro eixo, que é sobre a democracia e a reconstrução do Estado e da nossa soberania.

Passamos imediatamente a palavra para o nosso querido Ricardo Lewandowski, que gentilmente atendeu o convite para o nosso encontro no dia de hoje.

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI - Bom dia a todas e a todos.

Saúdo, inicialmente, o autor desse prestigioso convite, o Deputado Bohn Gass. Quero dizer, desde logo, que é uma enorme satisfação, uma honra mesmo estar aqui com este egrégio Plenário para refletirmos em conjunto sobre esses magnos temas, sobretudo aqueles que dizem respeito aos valores democráticos.

Saúdo a Ministra Esther Dweck, que tem prestado relevantíssimo papel não só para esse Governo, mas também para o próprio desenvolvimento das instituições políticas entre nós.

Saúdo o Sr. Renato Simões, que é o Secretário Nacional de Participação Social, da Secretaria-Geral.



Saúdo também a Sra. Leany Lemos, que integra esta Mesa e é Secretária Nacional de Planejamento, do Ministério do Planejamento e Orçamento.

Saúdo os Deputados presentes, pelo menos aqueles que me foram aqui listados: o Deputado Luiz Couto, o Deputado Fernando Mineiro, o Deputado Alexandre Lindenmeyer, o Deputado Vicentinho, que é da minha região. S.Exa. está presente? Bem, é outro Vicentinho, mas, de qualquer maneira, muito prazer temos todos nós pela sua presença. Saúdo também o Deputado Carlos Henrique e o Deputado Pedro Uczai.

Agradeço a presença de todos.

Eu, evidentemente, não sou um especialista em orçamento público, mas, como todo magistrado — magistrado que fui durante 33 anos —, também sou um generalista. Sou professor de teoria do Estado na Universidade de São Paulo. Há 45 anos reflito sobre essa temática e mais especialmente sobre a questão da democracia, que é algo, evidentemente, dinâmico, é um conceito que evolui ao longo da história.

Eu queria fazer algumas observações muito genéricas sobre esse tema e meditar com todos qual a relação entre a democracia, a soberania popular e o processo de orçamentação, que é uma questão que me tem preocupado, ao longo dos anos. Inclusive, como Ministro do Supremo Tribunal Federal, sempre me voltei para essa questão de como conciliar os valores fundamentais da nossa Carta Magna com o processo de orçamentação.

Eu não utilizarei muito o tempo dos senhores, falarei por volta de 10 a 15 minutos. Quero focar três temas básicos, ou dividir minha exposição em três partes: primeiro, quero falar sobre a importância da Constituição Cidadã, de 1988; segundo, eu gostaria de dissertar sobre a nova democracia participativa, inaugurada pela Carta Magna, de 1988; terceiro, eu gostaria de falar sobre os princípios fundamentais da nossa Constituição e como isso influi, a meu ver, ou deveria influir no processo de orçamentação.



Quero dizer da importância do valor da nossa Constituição, esse verdadeiro patrimônio da cidadania. Aliás, nem sempre damos o devido valor a esse documento básico da convivência social de nós todos brasileiros.

Eu tenho sido convidado para falar sobre essa questão, aqui e no exterior. Um dia desses, no exterior, eu falava para um grupo de empresários importantes, estrangeiros e nacionais, que se congregavam para avaliar a segurança jurídica dos investimentos em nosso País, e os empresários, com razão, sem dúvida nenhuma, reclamavam dos chamados marcos regulatórios. Eu então tive a oportunidade de dizer que o maior marco regulatório que nós temos é a nossa Constituição, que já dura 35 anos, e é uma instituição das mais modernas do mundo. Ela foi inspirada nas constituições que surgiram no pós-guerra, da segunda metade do século passado, depois da Segunda Guerra Mundial, inspirada na Constituição da Alemanha, que tem como fundamento o princípio da dignidade da pessoa humana, depois em outras constituições modernas, como a Constituição espanhola e a Constituição portuguesa.

A Constituição tem um catálogo de direitos fundamentais mais denso de todas as demais constituições hoje em vigor. Nós contemplamos os direitos fundamentais, de primeira geração ou individuais, como o direito à vida, à liberdade, amplamente considerada, à propriedade e à participação política, e os direitos de segunda geração, os chamados sociais, que são aqueles que surgem nas lutas entre o capital e trabalho, no século XIX, o direito ao trabalho propriamente dito, o direito à educação, o direito à saúde, o direito à previdência social, hoje, desdobrados em tantos outros temas, como o direito à habitação.

Nós temos também contemplados na nossa Constituição os direitos de terceira geração, o direito à paz, o direito ao desenvolvimento, o direito à autodeterminação dos povos, o direito à defesa do patrimônio comum da humanidade, o direito ao meio ambiente, e uma série de outros direitos avançadíssimos, como o direito ao consumidor, o direito das minorias, o direito da



criança, do adolescente e do idoso, o direito das populações autóctones e das demais minorias.

Portanto, a Constituição é extremamente rica no que diz respeito aos direitos fundamentais, é um paradigma, eu diria, em termos planetários, para outras sociedades.

Nós temos um sistema muito interessante de freios e contrapesos, mecanismos de defesa das instituições. É preciso que se diga isso. Nós resistimos a várias crises econômicas, políticas. Tivemos dois *impeachments*: o do Presidente Collor e o da Presidente Dilma. Passamos por uma crise política seriíssima, no passado recente, que acabou culminando na invasão das sedes dos Três Poderes, no dia 8 de janeiro. Houve uma crise econômica também bastante considerável, impactante, como aquela do *subprime* americano, de 2008, que gerou uma crise internacional, que atingiu duramente vários países, dentre outros, o Brasil, cujos efeitos até hoje estamos sofrendo, a crise econômica mundial gerada pela pandemia, com o aumento do preço das *commodities*, do petróleo, etc. Porém, é uma Constituição sólida, basta dizer, Deputado Bohn Gass, que nós superamos o ataque às instituições, sem precedentes, e estamos aqui reunidos, discutindo o Orçamento, democraticamente, na presença dos representantes, não só da soberania popular, mas também dos próprios cidadãos que estão presentes para discutir essa questão.

A primeira assertiva que eu queria dizer, com muita convicção, é que nós temos uma Constituição sólida, a terceira de mais longa duração que tivemos entre nós. A primeira foi a Constituição imperial, de 1824. É claro que talvez não conte, mas a republicana mais longeva foi a Constituição de 1891, nem sempre cumprida à risca, era a época da República Velha do café com leite, do voto de cabresto e de outras distorções. A Constituição democrática mais duradoura é a nossa Constituição Cidadã, de 1988. Essa é a primeira assertiva.

A segunda observação que me permito fazer é a seguinte: poucos se deram conta de que nós transitamos de uma democracia meramente representativa para



uma democracia participativa. Isso tem muita importância no processo de orçamentação.

Tradicionalmente, as nossas Constituições, logo no art. 1º, diziam o seguinte: *"Todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido"*. O que significa isso? Que o poder emana do povo, respeita-se a soberania popular, mas esse poder é exercido sempre por meio de intermediários, de representantes de mandatários. Por isso, chama-se democracia representativa. No entanto, nem todos se deram conta de que o parágrafo único do art. 1º da nossa Constituição, agora, diz o seguinte:

Art. 1º

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos (...).

Esse é um adendo importante, porque esta Constituição surge no momento de superação de uma ditadura militar, em que "muitos representantes" — entre aspas — não eram eleitos, como os Prefeitos das capitais, por exemplo, como os Governadores, que eram nomeados indiretamente, o próprio Presidente da República, os Prefeitos das instâncias turísticas, etc.

Então, esse adendo "representantes eleitos" é muito importante:

Art. 1º

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Vejam que esta é uma mudança extremamente significativa, repleta de consequências.

Quais são as hipóteses em que o povo exerce diretamente o poder, na nossa Constituição? Quero dizer, desde logo, em respeito absoluto a esta Casa, à Câmara dos Deputados, que representa a soberania popular, que a democracia direta ou democracia participativa não substitui a representativa, ela complementa a representativa. Isso é importante que se diga. Quer dizer, ela é fortalecida, ela é



complementada, ela é enriquecida pela participação popular, nas hipóteses em que a Constituição assim o determina ou assim o permite.

Então, logo no art. 14 da nossa Constituição, vamos verificar que o povo pode exercer a democracia diretamente por meio do plebiscito, do referendo e da iniciativa legislativa popular. Então, o art. 14 diz que a soberania popular será exercida pelo voto direto, secreto, periódico, etc., e também por esses três institutos, que se aplicam aos demais âmbitos político-administrativos da Federação, tanto nos Estados e no Distrito Federal como nos Municípios.

Há uma série de outras hipóteses de participação popular na nossa Constituição, como por exemplo, no Município, no controle das contas públicas. Na área do meio ambiente, da educação, da saúde, da seguridade social, a Constituição prevê expressamente a administração, a participação democrática do povo nesses temas importantíssimos. Então, é o povo participando da gestão da coisa pública, nesses âmbitos da saúde, da seguridade, do meio ambiente, do desporto, inclusive na área do Poder Judiciário, ou seja, o povo pode participar diretamente, por exemplo, ajuizando ações populares ou participando de audiências públicas do Supremo Tribunal Federal. Então, a nossa Constituição é extremamente rica, extremamente densa no que diz respeito à participação popular. Ela inaugura a democracia participativa, que ainda não está sendo exercida, a meu ver, com essa facilidade que os Constituintes de 88 desejaram.

O que significa isso no processo de orçamentação? Eu imagino, aliás, não imagino, tenho convicção de que a democracia participativa deve ser exercida também no processo de orçamentação em todos os âmbitos da Federação: no âmbito da União, no âmbito dos Estados e do Distrito Federal e no âmbito dos Municípios. É preciso abrir uma janela de oportunidade para que a cidadania participe efetivamente.

Para terminar este segundo tópico da minha intervenção, quero dizer o seguinte: na democracia representativa, qual é o grande instrumento para que esta democracia funcione, seja exercida? São os partidos políticos. Os partidos



políticos são integrados fundamentalmente pelo cidadão eleitor. Na democracia participativa, surge um novo ente, uma nova entidade, que a Constituição agora prestigia com muita força, que são as associações civis e as cooperativas. Elas é que dão vida à democracia participativa. Elas que ensinam, por exemplo, a coleta de assinaturas na iniciativa legislativa popular. Elas que mobilizam a cidadania em torno de determinados temas para que sejam reivindicados e buscados junto aos órgãos públicos. Então, as associações civis, que hoje são protegidas na Constituição, que independem para o seu funcionamento de qualquer autorização das autoridades públicas e tem, inclusive, legitimidade para defender os interesses de seus associados, tanto judicialmente, quanto extrajudicialmente, são entidades representativas da cidadania popular, nesta democracia participativa. Esta é a segunda observação que eu gostaria de fazer.

A terceira e última observação é a seguinte: sempre tive, enfim, a convicção, posso dizer que, no processo de orçamentação, é claro que existem metas governamentais a serem cumpridas, existem até diretrizes que o Estado brasileiro permanentemente deve perseguir, mas a nossa Constituição fala em objetivos nacionais, fundamentais da República Federativa do Brasil, no art. 3º da nossa Carta Magna, que se insere no *Título I*, que se chama *Dos Princípios Fundamentais*. Quando nós falamos em princípios, é algo que vem em primeiro lugar, que vem antes das regras específicas da Constituição. É algo que se coloca em primeiro lugar e que deve ser observado no processo de orçamentação, no processo legislativo, nas decisões judiciais.

Então, quais são esses objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil? Em primeiro lugar, dispõe o art. 3º: *"I - construir uma sociedade livre, justa e solidária"*. Um orçamento que não tenha isso como norte, é claro que não é um orçamento democrático.

Em segundo lugar: *"II - garantir o desenvolvimento nacional"*.

Faço um breve parêntese. Ontem, estive com o Deputado Bohn Gass, em um evento do BNDES, no qual tive a oportunidade de falar. O BNDES é um



agente importantíssimo em todo o desenvolvimento nacional. Hoje não se fala mais em desenvolvimento integrado, mas em desenvolvimento sustentável. E quero dizer que — estamos falando na reforma do Estado, no fortalecimento do Estado — é preciso novamente reconhecer que o Estado tem um papel importante no desenvolvimento nacional. É claro que privilegiamos, e a Constituição privilegia, a iniciativa privada, mas é preciso também ter a compreensão de que o Estado é um agente importantíssimo do desenvolvimento nacional.

Em terceiro lugar: *"III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais"*. Esta tem que ser a meta fundamental da nossa atividade legislativa e, sobretudo, orçamentária.

Em último lugar: *"IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação"*. Isso sem contar os outros princípios, porque são mais do que regras, princípios atinentes à saúde, à educação, à previdência social ou à seguridade social, ao meio ambiente. Enfim, são princípios que devem ser respeitados.

Assim concluo a minha breve intervenção. E me permito dizer que é extremamente importante que, nesta nova democracia participativa que não — e isso é importante que se sublinhe também — substitui a democracia representativa, abram-se canais para que a cidadania seja ouvida diretamente.

Muito obrigado, Deputado, pela intervenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Nós que agradecemos, tanto a sua presença quanto a sua explanação, Dr. Ricardo Lewandowski.

Vamos passar a palavra para a Ministra Esther. Antes, porém, eu quero só aproveitar para saudar o Deputado Reimont, a Deputada Daiana Santos, o Deputado Alfredinho e o Deputado Luciano Amaral, que estão conosco também. Obrigado pela presença.

Os demais Deputados, acredito que eu já havia citado anteriormente.

Deputado Pedro Uczai, sim, eu já tinha feito uma saudação anterior, mas é melhor fazê-lo duas vezes — não é, Deputado Pedro?



Obrigado a todos pela presença.

Eu passo, então, a palavra à Ministra Esther Dweck, nossa Ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

A SRA. MINISTRA ESTHER DWECK - Obrigada, Deputado.

Em primeiro lugar, para mim é uma grande honra estar aqui ao lado do Ministro Lewandowski. Agradeço-lhe o convite, Deputado.

Realmente, o PPA que foi feito este ano... E parabeno aqui os dois que tiveram um papel muito ativo: a Leany, como Secretária de Planejamento; e o Renato Simões, como Secretário de Participação Social que, justamente, fizeram esse PPA bastante participativo.

Aproveitando a fala final do Ministro Lewandowski, quando ele mencionou a abertura de canais diretos para a participação da cidadania, que o poder emana do povo e deve ser exercido pelo povo sempre que possível, acho que esse processo bastante participativo do PPA foi uma maneira de conseguir que tenhamos essa participação direta da população nas determinações de para onde nós vamos.

O Ministro leu os princípios do art. 3º, e, realmente, toda vez que eu releio o art. 3º da Constituição eu sinto grande alegria. Sinto uma grande alegria por perceber que esses, sim, são os grandes princípios fundamentais, mas também observo que temos ainda um longo caminho para conseguir cumpri-los todos: erradicar a pobreza, erradicar as desigualdades, garantir que todos sejam respeitados, evitar qualquer tipo de discriminação. Então, é bom sempre reler isso, e acho que esse tem que ser, realmente, o nosso princípio norteador.

Acho que tanto a Leany quanto o Renato sabem que essas coisas estão lá no PPA e são muito reforçadas. O PPA conversa muito diretamente com esse art. 3º da Constituição.

Eu queria cumprimentar aqui os Deputados presentes. Ao cumprimentar a Deputada Daiana Santos, eu quero cumprimentar todos os Deputados presentes, para não falhar e esquecer um nome. Cumprimento também o Deputado Reimont,



do Rio de Janeiro, meu Estado. Então, ao cumprimentar o Deputado Reimont e a Deputada Daiana, cumprimento todos os Deputados presentes.

Agradeço a todos a presença porque, realmente, é um prazer poder estar aqui com os senhores.

Agradeço o convite para esta Mesa sobre o Eixo 3 do PPA — Defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania. A defesa da democracia está em todos nós, todos os Ministros têm isso como uma meta essencial, é uma meta do Presidente Lula. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos tem um papel muito forte na reconstrução do Estado brasileiro como fortalecimento para a democracia. Quando o Ministro Lewandowski fala que o Estado é essencial para o processo de desenvolvimento, nós compartilhamos totalmente com essa ideia porque, justamente, conforme o Estado provê determinados serviços para a população e garante qualidade de vida para todos os cidadãos, vamos fortalecendo também a democracia. Em geral, infelizmente, na ausência do Estado, percebemos que também há um grande risco para a democracia. Quando ele falha em garantir o mínimo para a população, falha em cuidar da população, falha em dar condições de educação, de saúde, de vida digna, de cultura — o Deputado Amauri bem sabe disso. Precisamos garantir a sobrevivência, mas também esperança para olhar para frente. É uma grande honra estar aqui.

No Ministério, temos feito esse trabalho. Durante o Governo de transição, o Presidente Lula resolveu criar o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, justamente por perceber que a área de gestão pública precisava de uma atenção focada. Basicamente, a última vez que a área de gestão pública teve um Ministério focado na discussão de gestão foi na década de 1990, numa visão um pouco distinta de agora, que era um processo de redução do tamanho do Estado brasileiro. Estamos neste momento, talvez, no sentido oposto, não necessariamente de ampliação do Estado, mas de fortalecimento das instituições do Estado brasileiro, com esse espírito democrático. A ideia do Ministério surgiu



de um debate sobre a necessidade de reconstrução de alguns instrumentos importantes de apoio ao desenvolvimento. Para que o setor privado e a sociedade civil como um todo possam atuar, é preciso que o Estado esteja funcionando de maneira correta para permitir que todos tenham direito, todos tenham acesso, todos possam usufruir do seu maior potencial, o que, infelizmente, ainda não é garantido a toda a população brasileira. Precisamos fazer um trabalho enorme para isso.

Sem dúvida nenhuma, como eu já disse, nós compartilhamos dessa visão de que o Estado gera valor para a sociedade, ele não é um atraso. Nós temos feito um trabalho muito grande de desmistificar certas visões sobre o Estado brasileiro. Infelizmente, num período muito triste, que foi o da pandemia, mostrou-se a relevância de se ter um Estado capaz de prover determinados serviços à população. E um dos serviços que saiu muito fortalecido, no sentido de mostrar a sua relevância, apesar da necessidade de melhorar, foi o Sistema Único de Saúde.

O Brasil pelo tamanho da sua população, país com mais de 200 milhões de habitantes, tem um Serviço Único de Saúde. Isso realmente é algo do que devemos nos orgulhar e fortalecer, para que possamos ter a qualidade necessária e que todos tenham o atendimento que seja de grande qualidade. Nós sabemos que o SUS ainda não está no seu potencial total, mas já presta um serviço essencial à sociedade brasileira. E são justamente os serviços públicos que garantem uma vida digna.

Para que possamos pensar como fortalecer esses instrumentos do Estado brasileiro para garantir a dignidade e uma qualidade de vida à população, o planejamento é essencial.

Deputado, nesse sentido, quando o senhor fala da importância do planejamento, como é que retomamos isso, eu acho que estarmos aqui discutindo o PPA demonstra a importância que damos ao assunto. O PPA tem um horizonte de 4 anos, tem essa felicidade que está definida na Constituição também de



começar a ser feito no primeiro ano do mandato, vale por 4 anos e inclui o primeiro ano do mandato seguinte, para tentar manter continuidade no processo de planejamento. O planejamento deve ter essa continuidade, não pode ser algo de um Governo e não olhar para essa perenidade das políticas, porque é isso que vai permitir que atuemos no processo de desenvolvimento.

O trabalho que temos feito no Ministério, desde o primeiro momento, foi pensar em como termos um Estado empreendedor. E aqui é bom conceituar o que significa ser empreendedor. Ninguém está dizendo que o Estado brasileiro vai ser necessariamente um Estado produtor. Temos algumas empresas estatais, mas o ser empreendedor é justamente porque, ao contrário do que as pessoas imaginam, o Estado, muitas vezes, é o grande inovador. É ele quem cria as possibilidades de inovação, seja no que diz respeito a serviços públicos, que é conseguir prestar o serviço público de forma diferente, mas também no apoio à grande inovação tecnológica. Essa é uma atividade de altíssimo risco e que precisa de apoio de um ente capaz de correr riscos. E sabemos que quem tem capacidade de correr grandes riscos é o Estado, muito mais do que o setor privado. O setor privado precisa desse apoio para que possa, de fato, usar esse potencial.

O Estado tem que ser o indutor do desenvolvimento. O Presidente Lula fala muito isto: *"Eu quero um Estado indutor do desenvolvimento"*. Ele tem que ter um olhar estratégico. E tudo isso deve ser voltado para a população, para a sociedade. É preciso ter esse olhar. O Estado não é para si mesmo. Ele tem que ter como foco a entrega dos serviços públicos para a população brasileira, para quem habita o Brasil, a fim de que possamos ter essa grande qualidade.

Na área de gestão no Ministério, nós temos três grandes instrumentos importantes. Há toda a área dos servidores públicos. Duas Secretarias, hoje, estão voltadas para a valorização do servidor público. E aí existe outro grande mito também. Houve um processo recente, infelizmente, para tentar demonizar os servidores públicos, no sentido de que eles seriam um problema, de que eles não



fariam o trabalho direito. Felizmente, nós sabemos que isso não é verdade. Ao contrário, o Estado precisa dos servidores para que funcione. Ele não age sem pessoas, e os servidores têm um papel central nisso.

Nós temos uma parte importante relativa a processos. Duas grandes Secretarias cuidam da inovação na prestação de serviços. Tanto a Secretaria de Gestão e Inovação quanto a Secretaria de Governo Digital têm como grande missão, que está no PPA, o processo de transformação digital do Governo brasileiro. E eu queria chamar a atenção para isso. Nós devemos ter grande preocupação com o processo de inclusão digital. E eu queria fazer uma ressalva para o PPA. O PPA foi uma parceria do Ministério da Gestão com o Ministério do Planejamento e a Secretaria-Geral, que desenvolveu um *software* de participação. Quatro milhões de pessoas contribuíram ativamente para isso, o engajamento é alto. Se nós pensarmos na população brasileira, para o histórico do PPA, foi uma participação muito importante. Mas nós temos certeza de que ele pode ter uma participação ainda maior.

O que nós temos percebido é que há um trabalho muito grande de inclusão digital da população brasileira. Hoje em dia, nós temos uma população com 150 milhões de pessoas que acessam a Internet, mas, muitas vezes, é a partir de planos muito básicos, que dão acesso principalmente às redes sociais. Os próprios serviços do Governo não disponibilizam o serviço de forma gratuita para a população. Então, nós estamos justamente discutindo uma forma de garantir que faremos um processo de inclusão digital, para que essa transformação digital chegue, de fato, à população. Isso aumenta enormemente a capacidade de acesso a serviços, de intervenção direta da população, de participação social. Mas não podemos fazer isso deixando ninguém para trás. Então, temos feito o trabalho nesse sentido.

Temos uma área importante de grandes ativos públicos, sejam as empresas estatais, seja o patrimônio da União. E nós estamos discutindo como utilizar esses ativos em favor da sociedade. Todas as nossas iniciativas estão muito associadas



a como utilizar esses instrumentos de Estado para aumentar a qualidade dos serviços e as entregas para a população, e garantir uma vida digna.

Algo que está no art. 3º e tem sido a nossa preocupação maior é a redução das desigualdades. Isso está como elemento central do PPA e também na nossa dimensão do Ministério. Nesse processo de reconstrução do Estado brasileiro, o Governo do Presidente Lula conseguiu retomar alguns programas importantes que tiveram papel central na redução da desigualdade e no aumento da cidadania. Uma discussão importantíssima que ocorreu recentemente foi a da retomada da valorização do salário mínimo. Esse foi um dos instrumentos de redução de desigualdade.

Destaco ainda a discussão da retomada do Bolsa Família para além do nome, para o redesenho do programa, com a redução das iniquidades que estavam acontecendo, para que realmente consiga erradicar a pobreza, que é um dos grandes pilares da Constituição. Sem dúvida nenhuma, é algo que precisamos fazer o mais brevemente possível, pois, infelizmente, parte da população brasileira voltou a passar fome. Esperamos que haja a redução desses números, para que as pessoas tenham dignidade básica.

Medida muito importante foi a retomada do controle — e o Ministro trata do meio ambiente — do desmatamento, com redução forte este ano. Esse é um pilar importantíssimo para as futuras gerações. Temos feito um trabalho de fortalecimento das áreas de meio ambiente que estavam muito degradadas, em termos de capacidade de trabalho, e que foram retomadas.

Estamos discutindo programas para frente, como de infraestrutura, de transição ecológica, aquilo que o Ministro Alckmin chama de neoindustrialização. Trata-se da retomada do desenvolvimento produtivo brasileiro, para gerar empregos de qualidade a toda a população e, no âmbito do Ministério, medidas para a transformação do Estado, como eu já comentei.

Temos trabalhado em três áreas principais: gestão de pessoas, processos, incluindo a transformação digital, e ativos, com esse foco. Eu quero reforçar



alguns elementos importantes do PPA e que têm sido norteadores da nossa atuação. No âmbito de gestão de pessoas, sem dúvida, é a retomada de um diálogo democrático e aberto com os servidores públicos, e a mudança de visão que a sociedade tem sobre a prestação de serviço público.

Nós temos dialogado com os servidores, para tentar desmistificar, de certa maneira, discursos falaciosos. Um deles é que o Estado brasileiro teria um número muito grande de servidores. Quando comparamos o Estado brasileiro com Estados que têm previdência universal, sistema de saúde universal, educação pública de nível básico universal, percebemos que o percentual de servidores — em todas as instâncias, não só federal, mas também estadual e municipal, onde estão os grandes servidores que atuam na área da saúde e da educação — sobre o mercado de trabalho no Brasil é inferior aos países que têm o Estado com a dimensão brasileira. Nós não temos um Estado inchado. Quando procuramos olhar o volume de gastos no Estado brasileiro, por cidadão, ainda é baixo, comparado a países que têm serviços de qualidade mais altos do que o nosso. Há uma série de situações que precisam ser pensadas.

Um trabalho que temos feito na área de gestão de pessoas é aumentar a diversidade dos servidores públicos. Recentemente, fizemos um esforço no processo de seleção de servidores públicos para que eles sejam selecionados no Brasil inteiro e haja a garantia de aplicação da lei de cotas do serviço público de forma correta — percebemos que isso não estava acontecendo. As pessoas que trabalham no Estado devem representar a cara da sociedade brasileira. Nós sabemos muito bem que, quando se amplia a diversidade étnico-racial e de gênero dentro dos serviços públicos, isso muda a forma de ver as políticas públicas, os problemas que são discutidos, tornando o Estado mais atento aos problemas da sociedade. Há um trabalho muito grande não só de valorização dos servidores, mas também de pensar esse processo de seleção de novos servidores.



Falei um pouco sobre o âmbito de processos. Temos feito um trabalho de inovação nas políticas públicas que precisam ser repensadas. Trabalhamos diretamente com os demais Ministérios e em um processo grande de transformação digital. Eu queria destacar uma política que o Presidente Lula tem levantado, desde o primeiro mandato, como algo central para a cidadania brasileira: a carteira de identidade nacional. Essa discussão parece estar afeta apenas à segurança pública, porque sabemos que existe um problema grave, pois uma pessoa pode ter 27 carteiras de identidade diferentes. Isso gera problema de falsificação. O nosso projeto vai muito além da segurança pública, que já é extremamente importante, mas é também um processo de cidadania, de modo que consigamos conhecer os cidadãos brasileiros e pensar políticas públicas para eles.

Temos trabalhado com grande cooperação federativa, para que todos os Estados possam começar a emitir essa nova carteira de identidade. Estamos conversando com os Estados para antecipar o prazo legal de 10 anos, a fim de que, ao longo do mandato do Presidente Lula e dos Governadores atuais, todos os brasileiros obtenham a nova carteira. Assim, conheceremos realmente os cidadãos brasileiros e conseguiremos pensar políticas, diminuindo a dificuldade do cidadão de acessar os serviços públicos. Sabemos que a identificação é um problema social grave. Vamos também fazer busca ativa para que todos os brasileiros tenham identificação e consigamos conhecê-los. Com isso, os nossos cadastros ficarão organizados e não haverá mais problema para a pessoa se cadastrar para determinadas políticas, pois já se conhecem os cidadãos.

Nós temos também trabalhado no sentido de se pensar nos modelos de compras públicas para que eles sejam indutores do desenvolvimento produtivo nacional. Na parte dos ativos, eu queria reforçar um ponto. Há um programa que o Presidente Lula me pediu para dar atenção, desde o início do mandato, e que em breve será lançado, finalmente. É o que temos chamado de Programa de Democratização dos Imóveis da União. Sabemos que o patrimônio da União é



muito vasto, espalhado no Brasil inteiro. Há imóveis construídos e desocupados, às vezes, no centro da cidade. Desde o início, o Presidente pediu-me para que tivéssemos um olhar muito atento para isso.

Não pode haver gente sem moradia e nós termos imóveis vazios. Há pessoas morando em áreas de risco, e temos, às vezes, um terreno da União muito próximo a essa área de risco, um terreno seguro, que poderia ser parte do processo de movimento por habitação. Às vezes, temos um imóvel da União que não está sendo utilizado e precisamos de uma unidade de saúde, de mais uma escola, uma creche. Estamos fazendo um trabalho de cooperação federativa, para que possamos acelerar o processo de destinação dos imóveis da União com esse olhar social, de modo que não seja como o processo anterior, que era simplesmente a venda para obtenção de recursos, sem pensar a lógica social.

Dentro do PPA, então, qual é o grande programa do Ministério? É a transformação do Estado para cidadania e desenvolvimento — estamos dentro desse grande programa —, com o objetivo de qualificar a gestão, os serviços e as políticas governamentais para a sociedade e a administração pública, apoiando e potencializando a inovação e o fortalecimento das capacidades do Estado.

Eu queria justamente terminar com essa fala. O nosso objetivo no Ministério é ampliar a capacidade do Estado de atender a população brasileira, no tamanho que seja correto. Não se trata do aumento do Estado por si. Ao contrário, eventualmente ele pode ser do tamanho que é hoje, mas trabalhando de maneira mais focada nesse processo de atender o cidadão brasileiro, ampliando a diversificação e a diversidade, dentro da administração pública, para que o olhar seja cada vez mais atento a todos os problemas.

Espero que possamos, Ministro, no fim, dizer que cumprimos o art. 3º da Constituição, que conseguimos, de fato, atingir os objetivos postos na nossa Constituição Cidadã!

Muito obrigada, Deputado.

Bom dia a todas e todos. *(Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Nós é que agradecemos, Ministra Esther Dweck, a explanação.

Eu quero saudar os colegas Deputados Kiko Celeguim, Helder Salomão, Professora Luciene Cavalcante e Márcio Honaiser, aqui presentes.

Passo agora a palavra para a Sra. Leany Barreiro de Sousa Lemos, Secretária Nacional de Planejamento do Ministério do Planejamento e Orçamento.

A SRA. LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS - Bom dia a todas e todos.

É um prazer estar aqui mais uma vez, Relator. Muito obrigada por esta oportunidade, por trazer a discussão do PPA, do planejamento e da valorização do planejamento para a Comissão.

No Brasil temos dado muito mais atenção para as urgências do que para as importâncias. Temos discutido muito mais o curto prazo do que o médio e o longo prazo. Temos discutido mais a alocação deficitária, a pressão orçamentária do que aonde queremos chegar e qual transformação queremos fazer. O Plano Plurianual, que é uma lei do ciclo orçamentário previsto na Constituição, tem esse papel.

Então, eu queria agradecer mais uma vez esta oportunidade, porque é assim que vamos fortalecendo e integrando essas peças, para que possam melhor traduzir as políticas públicas.

É um prazer estar ao lado do Ministro Lewandowski e da Ministra Esther, nossa parceira. Tivemos ainda como grande parceiro na elaboração da estratégia o IPEA, que participou das oficinas que fizemos. Foi na ENAP que nós realizamos 125 oficinas, com 4.400 servidores, em 716 horas, para a elaboração dos programas, dos objetivos, das metas, dos indicadores e das entregas que nós temos no PPA 2024-2027.

Obrigada, Ministra Esther, por ter sido essa parceira. A Betânia também foi uma grande parceira. Queremos continuar trabalhando nos próximos anos, para que façamos essas oficinas não só para aperfeiçoar os programas do PPA nas revisões anuais, mas que também possamos oferecer essas oficinas aos entes



subnacionais, especialmente aos Municípios, para também qualificar o processo de planejamento de todos os entes federativos. É papel do Ministério do Planejamento fazer essa articulação para haver sinergia no planejamento, e também porque as políticas públicas, muitas delas, dependem de uma articulação multinível entre Municípios, Estados e União. Então, essas oficinas vão ser uma oportunidade muito importante.

Agradeço ainda ao meu colega Renato Simões. Nós viajamos o Brasil inteiro, as 27 Capitais, estivemos nos Interconselhos. Juntos, nós analisamos os insumos da plataforma para incorporação pelo PPA. Esse foi um trabalho muito bonito e importante, não é, Renato? Vimos, no Brasil, como as pessoas queriam muito falar e como as pautas identitárias foram importantes. As pautas que normalmente são marginalizadas apareceram. Então, esse processo foi muito importante.

Como sempre, como uma boa técnica, como Secretária de Planejamento, vou apresentar um Power Point. Espero não aborrecer aqueles que estão acompanhando todas as audiências. Esta é a terceira audiência. Então, para alguns que estiveram em todas, talvez o processo seja um pouco repetitivo, mas é sempre importante lembrar.

(Segue-se exibição de imagens.)

Começamos com a visão de futuro do PPA, que é quase uma tradução do art. 3º da Constituição, tão bem trazido aqui pelo Ministro Lewandowski: *"Um país democrático, desenvolvido e ambientalmente sustentável, onde todas as pessoas vivam com qualidade, dignidade e respeito às diversidades"*. Essa é a Visão de Futuro 2027. É claro que nem tudo vamos conseguir realizar até 2027, mas as sementes estarão plantadas, o início das ações estará aí.

Para essa visão de futuro, em todo o PPA, temos três camadas de indicadores e metas. Ele todo foi desenhado com métricas para que pudéssemos dizer em resposta: *"É bonita essa visão de futuro, mas como vamos fazer isso?"* Então, todo o PPA traz o operacional até o nível de entrega, até o quilômetro pavimentado, até o poço artesanal, até a agricultura familiar, até o livro distribuído,



até a merenda distribuída, que são formas, todas elas, de as políticas públicas entregarem essa visão de futuro.

Essa visão de futuro divide-se em três eixos. Hoje nós vamos falar do terceiro eixo, mas já houve uma audiência pública aqui sobre o Eixo 1, com o tema *Desenvolvimento social e garantia de direitos*, em que está incluída a educação, a saúde, o saneamento, a moradia, uma série de políticas sociais. Temos, salvo engano, 45 programas nesse eixo social, dos 88 programas que constam no PPA. São 13 objetivos estratégicos e 31 indicadores-chave nacionais e suas metas.

O Eixo 2, que discutimos na última audiência, na semana passada, tem como tema *Desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática*. Aqui, falamos de ambiente de negócios, de logística, de infraestrutura, de crédito, de todas aquelas ações relacionadas a desenvolvimento econômico, e sobre como criar as condições para um desenvolvimento econômico com sustentabilidade socioambiental e climática.

O Eixo 3, de que vamos falar um pouco mais hoje, tem como tema *Defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania*, com sete objetivos estratégicos e oito indicadores-chave e suas metas. Esse é o eixo da capacidade do Estado como meio para o atingimento das metas. Então, temos uma série de programas dos Ministérios, aqueles conhecidos como Ministérios da área meio, que provêm as condições para que os demais entreguem. Estão incluídos aí o Ministério do Planejamento e Orçamento, o Ministério da Fazenda, o Ministério da Gestão e Inovação, o Ministério das Relações Exteriores, toda a nossa relação internacional, cooperação internacional, atendimento aos brasileiros que vivem fora do País, a Presidência da República, a Casa Civil, o Ministério da Defesa. Todos estão nesse terceiro eixo.

Aqui são alguns indicadores-chave nacionais, para acompanharmos a transformação na direção dessa visão de futuro: a redução da taxa de pobreza; a razão entre as rendas dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres; o Produto Interno Bruto *per capita*; a taxa de desemprego; a emissão de gases de efeito



estufa; o desmatamento na Amazônia; o rendimento domiciliar *per capita* nas grandes regiões. Esses são 7 de 69 indicadores-chave nacionais que medem impacto, medem resultado. Eles não estão voltados para o processo, para o esforço do Governo. Eles estão voltados para a transformação. Vamos utilizar um sistema de bandas: um piso inferior, um piso superior. Isso já está no projeto de lei no Congresso Nacional. Obviamente, queremos sempre o melhor resultado, mas incertezas acontecem. Então, resolvemos trabalhar no regime de bandas.

Lembro que o PPA traz a orçamentação, não a dívida, não encargos. Aquilo que vem nos orçamentos para os próximos 4 anos está nos programas do PPA orçamentário e não orçamentário. Isso é muito importante, porque, fora do orçamento, ainda há subsídios creditícios, subsídios tributários e o crédito, que são como essas políticas públicas são financiadas. No total, nós temos 13,3 trilhões de reais, ao longo de 4 anos, sendo que 8,9 trilhões de reais são orçamentários e 3,9 trilhões de reais são não orçamentários; e 566 bilhões de reais representam investimento das estatais.

Aqui estão os três eixos. Então, como eu disse, o Eixo 3 traz: democracia e cidadania; participação social; liberdade de imprensa como valor democrático; transparência; prevenção e combate à corrupção; recuperação do planejamento com participação social; transformação e inclusão digital; fortalecimento do pacto federativo; cooperação internacional e integração regional; e soberania nacional.

Também estamos trabalhando com indicadores e metas. Sempre trazemos uma apresentação grande, porque fica à disposição na Internet para os Deputados e para todos aqueles e aquelas que queiram acessá-la e estejam nos acompanhando presencialmente ou *on-line*.

Aqui apresento a alocação de recursos orçamentários entre 2024 e 2027. Aqui temos programas. Os senhores podem ver que a Defesa Nacional é, de fato, o maior programa desse eixo, mas, além disso, temos outros programas, como: assistência a brasileiros no exterior; defesa da democracia e segurança jurídica para inovação em políticas; transparência; cooperação da defesa; comunicação



pública; e outros programas também. Embora seja da área meio, o foco é no valor gerado para a sociedade. Então, se os senhores puderem ler os objetivos estratégicos e as entregas, é meio que olhando para aquilo que impacta a sociedade como um todo.

Eu não vou ler toda a apresentação, porque acaba tomando muito tempo, mas ela está à disposição de todos no *site* da Câmara. Todo o material também está à disposição no *site* do Ministério do Planejamento: a peça como um todo, a mensagem presidencial, os anexos.

Quero, mais uma vez, agradecer, Relator, toda a parceria que nós temos tido e a valorização de todo este processo.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Nós é que lhe agradecemos. Vamos continuar conversando, não é, Leany?

Quero saudar a Deputada Adriana Ventura e agradecer-lhe a presença.

A Ministra Esther Dweck precisa se ausentar. S.Exa. tem um compromisso, e nós já havíamos conversado sobre isso. Eu quero agradecer imensamente a V.Exa. a presença aqui, porque ajudou na coordenação da elaboração do PPA. Obrigado, Ministra!

Vou convidar para substituí-la na Mesa o Sr. José Celso Pereira Cardoso Junior, que é o Secretário de Gestão de Pessoas. (*Palmas.*)

Passamos imediatamente a palavra ao representante da Secretaria-Geral do Governo, Sr. Renato Simões, Secretário Nacional de Participação Social da Secretaria-Geral da Presidência, que já foi nosso colega na Casa, e será sempre colega, como Deputado Federal.

O Sr. Renato Simões está com a palavra.

O SR. RENATO SIMÕES - Obrigado, Deputado Bohn Gass, pelo convite! Trago um abraço do Ministro Márcio Macedo a V.Exa. e o apreço dele pela sua participação no PPA Participativo. Desde a designação como Relator, V.Exa. se



incorporou à caravana de audiências públicas estaduais e se tornou um Relator com a marca da participação, desde antes da elaboração do projeto de lei.

Eu quero cumprimentar o Ministro Ricardo Lewandowski. É uma alegria poder ouvi-lo! Cumprimento o José Celso e a Leany, nossos colegas de Governo, e todos os Deputados e as Deputadas presentes nesta Comissão, que tem a tarefa de concretizar o desafio que o Ministro Lewandowski nos coloca da participação social no ciclo orçamentário.

O PPA abre o ciclo orçamentário do Governo e orienta as prioridades, as metas e os objetivos nos próximos 4 anos. Por isso, ele se transformou em peça política fundamental e estruturante da participação social no País. E eu destacaria três dimensões importantes. O PPA nos deu a arquitetura deste novo Governo. Nós tivemos, e foi muito importante, esta Casa referendou, a medida provisória de reorganização dos Ministérios. Mas Ministério sem programa, sem ações orçamentárias, sem metas, sem indicadores não concretiza um Governo. Por isso a importância de o PPA ter sido feito da forma como foi, porque envolveu o conjunto do Governo e procurou envolver o conjunto da sociedade na construção do Brasil que nós queremos entregar ao final de 4 anos de Governo. Ele deve ter como eixo a reconstrução da capacidade de planejar, porque até dezembro do ano passado não havia um Ministério dedicado ao planejamento das ações do Estado brasileiro e do Governo, em particular, e da participação social, que também foi banida das preocupações do Governo anterior. Planejar com participação social foi o mote fundamental desse PPA. Ele reorganiza as ações do Governo e submete essa visão de futuro, metas, objetivos e indicadores a um debate amplo com a sociedade brasileira.

O segundo elemento importante do PPA é que ele permitiu a reconstrução de três instrumentos fundamentais de participação social no País. Primeiro, ele foi indutor, através da retomada do Fórum Interconselhos, da reconstrução dos conselhos nacionais. Muitos deles tiveram que sobreviver, nos últimos 4 anos, por uma decisão do Supremo Tribunal Federal, que impediu um decreto presidencial



que acabava com a participação social no País. Graças ao Supremo Tribunal Federal, a mutilação à vida nos conselhos nacionais, no processo de conferências e de outras instâncias, e nos mecanismos de participação social não chegou às últimas consequências, conforme pretendido pelo Governo anterior.

Nós iniciamos o processo do PPA em abril, com o primeiro Fórum Interconselhos, com 20 conselhos reconstruídos, e terminamos com 36 conselhos reconstruídos, todos eles dialogando com seus Ministérios e as equipes de planejamento sobre o PPA. Vamos chegar ao fim do ano com mais de 40 conselhos nacionais recompostos.

Esse é um saldo importante da reconstrução. Foram três edições do Fórum Interconselhos que ajudaram a reorganizar a instância de participação fundamental. Além disso, ela nos deu a plataforma digital para incorporar novos sujeitos de participação. E agradeço, aqui, ao José Celso, a parceria importante que tivemos com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, porque a grande inovação na gestão do Estado brasileiro é a participação social. Ela amplia a democracia no processo de prestação do serviço público. Esse foi um elemento que envolveu não só a alta direção do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, mas também a DATAPREV, a ENAP, a Secretaria de Governo Digital e outras instâncias que nos desenharam uma plataforma, que hoje está no Gov.br, para todas as funcionalidades da participação social, mas que foi aberta pelo PPA. Houve o acesso de 4 milhões de pessoas, 1,5 milhão de participantes e votantes, e mais de 8 mil propostas, que foram respondidas pelo Governo, não só incorporando, em alto grau, as propostas mais votadas na plataforma digital que eram do escopo do PPA, mas também criando uma agenda política das propostas votadas que não tinham relação com o escopo do PPA.

Essa agenda política está em curso nos Ministérios, com supervisão da Secretaria-Geral, o que mostra que a participação teve efetividade, porque 75% das propostas mais votadas, as que eram do escopo do PPA, foram assumidas pelas equipes dos Ministérios e consolidadas pelo Planejamento como um legado



importante dessa cultura da participação que depende de efetividade. Ninguém participa só pela vontade de participar, ainda que os eventos tenham sido massivos. Havia 34 mil pessoas participando das plenárias presenciais lideradas pelo Ministro Márcio Macêdo e pela Ministra Simone Tebet, mas a credibilidade do sistema de participação social depende da incorporação dessa participação ao planejar e ao executar a política pública. Esse foi o segundo ganho.

O terceiro ganho é que ele tirou a participação social da clandestinidade, Ministro, e transformou a democracia em eixo fundamental do Estado brasileiro nas prioridades do Governo para os próximos 4 anos.

Então, há 4 anos, para quem enfrentou o gesto simbólico de extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, órgão que foi fundamental desde o Governo Itamar Franco para conduzir o Brasil para fora do Mapa da Fome, acabar com o CONSEA foi um símbolo do Governo anterior para dizer que não haveria participação social. E a reconstrução do CONSEA — que começou com sua recondução e termina em dezembro, com a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com o Plano Brasil Sem Fome, cujo objetivo é erradicar a fome do Brasil novamente, tirá-lo do Mapa da Fome — significa que nós temos hoje, dentro do PPA, uma institucionalidade da democracia como meta de Governo e a democracia participativa como elemento central do desenvolvimento democrático do País. Por quê? Porque é preciso ter coerência no ordenamento institucional brasileiro com o princípio constitucional da democracia participativa. E nisso eu referencio a fala do Ministro Lewandowski.

Eu me lembro, Ministro, no ano em que V.Exa. foi escolhido para ser Ministro do Supremo, de que eu tive aulas com V.Exa. no primeiro curso de pós-graduação da USP, de Direitos Humanos, com constitucionalistas do calibre do Comparato, do Dalmo Dallari, da Maria Victória Benevides e de V.Exa. Tive a oportunidade de acompanhar a fala de V.Exa. na homenagem que a Escola Nacional Florestan Fernandes lhe fez. Eu estava comparando o que V.Exa. falou agora, depois de ter se retirado da Corte, com uma brilhante trajetória, e aquelas aulas que V.Exa. nos



dava. Há nisso um princípio de coerência, que V.Exa. tão bem conduziu também na sua ação no Supremo, que o Estado brasileiro não acompanhou, porque o princípio constitucional da democracia participativa está lá, mas os instrumentos da democracia participativa estão sub-representados no ordenamento institucional brasileiro e geraram, inclusive, crises de governabilidade no último Governo democrático eleito da Presidenta Dilma.

É preciso reconhecer que, ao colocar o tema da democracia como eixo central do PPA e o primeiro objetivo estratégico desse eixo ser a ampliação da democracia participativa, a transparência, o controle social, nós estamos iniciando pelo PPA a reconstrução da institucionalidade legal do sistema de participação social. E esse é um ganho que eu espero que o Congresso Nacional reafirme ao votar o projeto e transformá-lo em lei, porque, a partir daí, nós vamos enfrentar o desafio de dar os passos seguintes, tanto no ciclo orçamentário, porque nós vamos ter o debate da LDO e da LOA no ano seguinte já com base nesse PPA Participativo, transformado em lei pelo Congresso Nacional, como também nas outras instâncias e mecanismos de participação social que precisam desse amparo. Se o Conselho Nacional de Saúde não foi extinto, porque tinha a base legal, muitos conselhos foram extintos porque estavam baseados precariamente em decretos presidenciais que não se sustentaram com a mudança da orientação política do Governo.

Nesse sentido, vou concluir dizendo que o PPA Participativo é um instrumento muito denso. Eu acompanhei, como Assessor de Participação Social, no Governo Dilma, o último PPA que teve participação social. Não se compara a participação pela qualidade da participação e pela efetividade da resposta governamental desse PPA com os PPAs anteriores, mesmo considerando os PPAs dos Governos Lula e Dilma. E essa carga, essa densidade é que justifica esse empenho de V.Exa. como Relator, Deputado Bohn Gass, em trazer a discussão do Orçamento e do PPA para a Comissão Mista de Orçamento, reconhecendo que o Congresso Nacional só qualifica sua atuação quando há



participação social no Governo. Ela não se contrapõe às prerrogativas do Congresso Nacional. Ela confere densidade e qualidade às peças que o Governo encaminha ao Congresso, para fazer com que o Congresso possa fazer melhor o trabalho dele, que é apreciar e deliberar, sobretudo, o que foi produzido.

Isso poderia ter sido feito com entrevistas com os Ministros e aquelas consultas todas. Seria já um belo PPA com esse método interno ao Governo, mas foram trazidos os anseios e as aspirações de mais de 400 organizações. V.Exa., Ministro, falou das associações, das cooperativas, exemplificando titulares do processo participativo. Nas plenárias do PPA Participativo, no mínimo dez entidades foram escolhidas em processo participativo que envolveu dezenas de entidades em cada Estado para verbalizar, nas plenárias estaduais, os anseios da sociedade civil daquele Estado. E, mais, trouxe atividades autogestionadas em que qualquer mandato, qualquer associação, qualquer entidade podia discutir o PPA e colocar na plataforma digital suas propostas para serem votadas no plano nacional.

É justamente por isso que nós e o Governo do Presidente Lula demos tanta importância ao instrumento do PPA, que não é obra nem do Planejamento nem da Secretaria-Geral, mas de todo um Governo participativo, que está em reconstrução para, em 2024, darmos novos passos, como diz o PPA em seu objetivo, na reconstrução, na ampliação e no aprofundamento da participação social e da democracia. Reconstruir é o que nós fizemos em 2023. Em 2024 e seguintes, vêm aí a ampliação e o aprofundamento da participação e da democracia.

Obrigado, Deputado. Obrigado a todos que nos acompanharam. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Obrigado, Sr. Renato Simões.

Eu quero fazer uma saudação à sempre Senadora Ana Amélia Lemos, que está conosco. Obrigado pela presença.

Quero agradecer também aos demais Deputados a presença.



Nós abrimos agora a rodada de inscrições dos Parlamentares.

O primeiro inscrito é o Deputado Helder Salomão.

O SR. HELDER SALOMÃO (Bloco/PT - ES) - Quero saudar o Deputado Bohn Gass, Relator do PPA, e parabenizá-lo pela condução democrática e participativa. Um PPA participativo não pode ter um Relator que não possibilite a participação da sociedade. Então, parabéns!

Ao saudá-lo, quero cumprimentar os meus colegas Parlamentares aqui presentes, assim como saudar o professor e sempre Ministro Lewandowski. Estendo ainda a saudação a todos os membros da Mesa, para encurtar a minha fala.

Em 2019, quando o Governo anterior assumiu, eu presidia a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Casa. Tomamos nossa primeira atitude após a edição do decreto que tinha e teve como objetivo limitar a participação e o controle social no País, com a extinção de muitos conselhos e a criação de mecanismos para dificultar o funcionamento de outros. E aí é preciso registrar mais uma vez o importante posicionamento do Supremo Tribunal Federal para evitar que muitos conselhos deixassem de existir. Ficou evidente um ataque frontal à democracia participativa, ao exercício da cidadania.

Eu sempre gosto de lembrar, Deputado Bohn Gass, que a palavra "política" vem do vocábulo grego "*pólis*". Portanto, política tem a ver com a cidade. E a palavra "cidadania" vem de outra língua, do latim, da palavra "*civitas*", que também significa "cidade". Então, vejam que a palavra "política" veio da palavra "cidade" do grego, e a palavra "cidadania" vem do latim, da palavra "*civitas*", "cidade". Portanto, não há como falar de cidade sem falar da política, e não há como falar da política sem falar da cidade; não há como falar de democracia sem falar de cidadania, e não há como falar de cidadania em um regime que não é democrático.

Eu digo isso para enfatizar a importância do momento que nós estamos vivendo. Ontem fez 1 ano da vitória do Presidente Lula — 1 ano! —, e eu fiz



questão de registrar isso na tribuna da Casa. Há 1 ano, nós tivemos a vitória, a retomada e a possibilidade de avançarmos para uma sociedade cada vez democrática, visto que nós estávamos em um processo de aprofundamento do autoritarismo no Brasil.

Esse PPA, que nós chamamos de participativo, é uma expressão desse novo momento, com a possibilidade de a sociedade ser beneficiada pelos serviços públicos, pelas políticas públicas — que sempre têm que buscar os critérios da sustentabilidade, da inclusão, da geração de oportunidades —, e, ao mesmo tempo, além de ser beneficiária, ser coadjuvante ou protagonista no processo de construção das políticas públicas.

Então, construir o PPA de maneira participativa é empoderar a sociedade brasileira, fortalecer a democracia e garantir que nós tenhamos uma peça orçamentária que não apenas represente aquilo que pensa o Presidente da República e sua equipe, mas o que pensa uma parcela organizada e representativa da sociedade brasileira. Isso nos leva a ampliar o conceito de cidadania, para que ela não seja meramente representativa e tenha um conteúdo cada vez maior de participação social.

Portanto, parabéns ao Relator e parabéns ao Governo pela iniciativa, especialmente à Secretaria-Geral, com o sempre Deputado que nos orgulha muito e que, aliás, presidiu a Comissão de Direitos Humanos desta Casa. Eu fico muito feliz com esse momento, além de muito esperançoso e confiante no presente e no futuro do Brasil.

Sabemos que temos muitos desafios, mas, certamente, esse movimento empodera o povo brasileiro e é um marco importante para retomarmos e aprofundarmos a construção da democracia no País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Obrigado, Deputado Helder Salomão.



A participação ocorre em todos os momentos. Eu participei de inúmeras audiências para receber entidades, além das que ocorrem aqui.

Eu quero só fazer o registro da presença de duas entidades. A Mara Feltes representa o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Nós já fizemos uma reunião específica com um grupo de mulheres, e, na ocasião, eu era Relator. E quero saudar também a Vanessa Negrini, que, no Ministério do Meio Ambiente, atua na coordenação do tema da biodiversidade e dos direitos dos animais, e tem uma boa organização na sociedade. Eu quero agradecer a presença das senhoras neste momento. *(Palmas.)*

Nós vamos continuar em um debate profícuo, vamos dizer assim, com as entidades da sociedade para que esse PPA realmente continue a ser participativo.

Tem a palavra o Deputado Amauri Teixeira.

O SR. AMAURI TEIXEIRA - Bom dia a todos e a todas. Quero parabenizá-los e dizer que me alegra muito ouvir as falas do Renato, do Ministro Lewandowski, da Ministra. Eu, como servidor público concursado — sou auditor da Receita —, fico muito satisfeito com essa nova visão que o Governo tem, inclusive na seleção de servidores.

O Ministro foi magistrado, e a magistratura já avançava um pouco mais, porque era necessário fazer a prova escrita e a de títulos, e não só as provas objetivas. As provas objetivas empobrecem muito a seleção, induzem à decoreba e outros tipos de mecanismos. Então, eu quero parabenizá-lo por essa nova visão. Parabenizo ainda o Renato. Ele tem tradição de fazer escuta e construção participativa.

Parabenizo V.Exa., Deputado Bohn Gass, e quero dizer que este é o momento de nós retomarmos a democracia participativa no Parlamento. Nós temos que induzir o Parlamento a fazer emendas participativas. Se não estou enganado, quando o Deputado Arlindo foi Relator da LDO, nós tivemos emendas participativas.



Eu tive experiências interessantes nas Câmaras de Vereadores, escutando a sociedade para fazer as emendas ao PLOA. Eu acho que temos que fazer isso, e fazer, inclusive, nas emendas individuais, que, para mim, são uma deformação em termos de planejamento. Então, devemos aperfeiçoá-las com a participação popular.

Eu quero aproveitar a presença de todos os Parlamentares para fazer um apelo. Nós queremos, hoje, que a Câmara dos Deputados coloque em pauta a prorrogação da Lei Paulo Gustavo. Nós temos todos os entes federativos envolvidos: Municípios, Estados e Distrito Federal, e nós estamos construindo a cultura e fortalecendo os mecanismos de participação popular, Renato e Deputado Bohn Gass.

Nós faremos a Conferência Nacional de Cultura entre os dias 4 a 8 de março de 2024. Já estamos fazendo as conferências municipais e estaduais e faremos a nacional. Convidamos todos a participarem.

A Lei Paulo Gustavo e a execução da Lei Aldir Blanc 2 já induzem a isso. Os Municípios só receberão recursos se tiverem um plano de cultura feito participativamente. E, a partir de 2024, só receberão recursos se tiverem um fundo de cultura.

Nós queremos estruturar a cultura com participação popular, como é o SUS. Nós estamos nos inspirando no SUS e estamos fortalecendo os mecanismos de participação popular, baseando-nos, é claro, nas diretrizes do Presidente Lula, da Secretaria-Geral, do Ministério do Planejamento e do Ministério da Gestão.

Nós, da Cultura, estamos nessa sinergia e queremos fazer esse apelo, pois há uma série de peças legislativas importantes para serem aprovadas aqui, para estruturarmos um sistema de cultura participativo, democrático, que venha a ter, realmente, junto com o SUS, um papel fundamental na higidez mental e física da população, porque saúde não se trata só de política de cura; saúde é, acima de tudo, política de prevenção. E a cultura promove também, além da saúde, a economia. *(Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Muito obrigado, sempre Deputado Amauri Teixeira.

Quero saudar, mais uma vez, a presença do Luciano Amaral.

A palavra está franqueada aos Parlamentares. *(Pausa.)*

Não havendo mais ninguém que queira fazer o uso da palavra, quero insistir muito na escolha que nós fizemos. Eu quero agradecer aos meus colegas Parlamentares que compreenderam a sugestão que eu apresentei aqui e aprovaram por unanimidade essa ideia de aprofundamento dos eixos.

Eu sempre faço o registro de que, quando debatemos o orçamento especificamente, e cada comunidade, cada Estado, cada Município, cada corporação vem aqui e faz a sua mobilização em torno do orçamento anual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, isso é muito legítimo. Mas, por não termos uma cultura de planejamento, de previsibilidade, de pensar o futuro, o PPA está um pouco mais distante da população.

É exatamente a partir dessa constatação que eu insisti muito para que fizéssemos o aprofundamento dos debates que vão ficar aqui disponibilizados na CMO. Ou seja, todos os documentos, todas as palestras que foram apresentadas, as contribuições feitas pelas pessoas que participaram dos três grandes seminários de aprofundamento, estão disponíveis.

Mais do que isso, nós estamos estimulando, por meio das redes e dos meios de comunicação virtual que estão sendo usados neste momento e das nossas falas no plenário... Eu tenho usado reiteradamente o plenário e a tribuna para falar disso também.

Na verdade, eu quero ser um propagandista da ideia da cultura de planejamento, e planejamento com a participação popular. A palavra “povo” não pode estar presente apenas no *marketing* e no discurso político, quando vamos para a campanha. Quando político vai fazer campanha, o que ele mais diz é a palavra “povo”. Ele fala em povo para lá, em povo para cá, abraça o povo e diz: *“Vamos ouvir o povo, vamos fazer pelo povo”*.



Na Constituição, Ministro, colegas Deputados e integrantes da Mesa, a palavra “povo” está presente. E o Lula diz que quer o povo no orçamento, quer o povo na economia, quer o povo presente em conselhos, durante todo o período da convivência da cidadania nas nossas cidades. Isso é participação popular. É essa a ideia que me nutre de fato.

Quando eu assumi a Relatoria, por indicação dos colegas da Comissão que foi referenciada aqui no Congresso Nacional, foi exatamente com esse espírito. Se nós pudermos criar uma cultura de planejamento... Como isso vai ser eu não sei. É o povo que vai decidir. Isso é um processo. Paulo Freire dizia que nós estamos num processo.

Eu já vou conceder a palavra aos nossos convidados para as considerações finais, mas eu quero destacar algo do planejamento do PPA. Quando comecei o relatório, eu ouvi uma matéria jornalística na qual a imprensa dizia que, do PPA de 4 anos atrás, apenas 18% de tal item foram cumpridos e do outro objetivo "x" do PPA de 4 anos atrás foram cumpridos 25%.

Ministro Lewandowski, todos os indicadores apresentados naquela matéria jornalística que eu vi apontavam menos de 30% de cumprimento das metas.

O que está acontecendo neste momento? Há metas, indicadores e parâmetros de avaliação com métricas que vão passar por, pelo menos, três lugares: pelo próprio Governo, que tem um sistema interno de monitoramento; pelo Parlamento, porque nós vamos continuar acompanhando, talvez, de forma diferente do que se fez em outros momentos, porque vamos incluir, a partir deste debate que estamos fazendo, mecanismos para que o Parlamento, a cada ano, receba os indicadores do Governo e possa interagir, como Parlamento, sobre as metas que são apresentadas, porque nós queremos, por exemplo, tirar o Brasil do Mapa da Fome, queremos diminuir o desmatamento, queremos ter mais participação, queremos o SUS funcionando, queremos obras pelo PAC e mais um conjunto de atividades que estão anunciadas. As obras não podem ficar anunciadas ao léu. Elas precisam ser implementadas. A economia precisa



crescer. E para isso é preciso ter orçamento. Então, há todo um debate que nós vamos fazer para avaliação do planejamento, no Governo, no Congresso e na sociedade.

A partir da interação com a sociedade, que vai avançar, como foi dito aqui, inclusive com mais profundidade no orçamento, anualmente, de forma participativa, não poderemos dizer que tal meta não foi cumprida daqui a 4 anos, Deputado Helder. Ela só não será cumprida se nós não assumirmos a nossa parte como cidadãos e cidadãs. Essa é uma convocação social.

Desculpe-me se me estendi um pouco nessa reflexão, mas às vezes é necessário dizer o óbvio e o que de fato pensamos. Esta é uma cultura de participação, o que, como eu disse no início, só a democracia nos permite. Então, vamos ser democráticos para de fato colocarmos estacas e impedimentos para que a democracia nunca mais se feche neste País. Essa é a nossa questão. *(Palmas.)*

Que eventos como os do dia 8 de janeiro desapareçam e que tenhamos sempre estacas firmes para que a porta da democracia fique escancaradamente aberta, e o povo possa efetivamente participar sempre das decisões. Aí então nós estaremos cotejando as diferenças, que são normais numa sociedade, permitindo que elas existam, e não eliminando quem pensa de forma diferente, como infelizmente o fascismo faz.

Essa ideia e esse terceiro eixo, para mim, são tão importantes quanto os demais, mas ele se sobrepõe aos demais no sentido de trabalharmos a amplitude da nossa Constituição. Por isso, o Ministro Lewandowski sempre anda com a Constituição. Sei que ela está na sua memória, não é? Mas pela simbologia dela é importante ela estar presente hoje aqui.

Devolveremos agora a palavra aos integrantes da Mesa.

Podemos ouvi-los agora na ordem inversa, para depois fazermos o encerramento? Pode ser dessa forma? Cada um terá de 3 a 5 minutos.



Tem a palavra o Sr. José Celso Pereira Cardoso Junior, que não fez ainda suas considerações e representa aqui a Ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Obrigado pela presença.

O SR. JOSÉ CELSO PEREIRA CARDOSO JUNIOR - Bom dia a todos e a todas.

Quero só reforçar aqui o abraço da Ministra Esther Dweck, agradecer-lhes o convite, reafirmar que o Ministério da Gestão está sempre à disposição para o debate e o diálogo com a sociedade e com os Parlamentares e dizer que seguimos junto com o restante do Governo na construção de um Estado mais justo, igualitário, soberano e sustentável. Estamos à disposição.

Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Nós que agradecemos.

Eu preciso registrar também a presença do Deputado Benes Leocádio, que está no fundo do auditório nos acompanhando. Obrigado pela presença no debate do dia de hoje.

A FASUBRA — Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil está nos acompanhando aqui, por meio da Coordenação de Comunicação Jurídica de Carreira e da Coordenação de Aposentados. Agradeço a presença à FASUBRA, que também está nos ajudando neste debate.

Tem a palavra o Sr. Renato Simões.

O SR. RENATO SIMÕES - Eu queria agradecer, Deputado Bohn Gass, novamente pela parceria importante do Parlamento com o Governo para patrocinar a participação social e registrar que, de 2017 a 2022, durante esses 6 anos de sombras, nós tivemos 11 conferências nacionais realizadas no País, fruto da resistência desses conselhos, que também convocaram reuniões.

Imagine que todo santo dia, em plena estratégia genocida da pandemia, tínhamos o alento da fala do Presidente do Conselho Nacional de Saúde, orientando as pessoas dentro das diretrizes da Organização Mundial da Saúde e



das diretrizes da comunidade científica brasileira, enquanto nós tínhamos orientação no Governo de associação com o vírus para promover a dizimação da população brasileira. Esse alento fez com que a Conferência Nacional de Saúde deste ano tenha sido convocada no Governo anterior, pelo Conselho Nacional de Saúde, marcando a retomada do ciclo de conferências nacionais.

Houve 11 conferências em 6 anos, mas nós já temos, no primeiro ano deste Governo do Presidente Lula, a convocação de 17 conferências nacionais, o que é coerente com a nossa trajetória. No primeiro mandato do Presidente Lula, houve 36 conferências nacionais. Nós estamos terminando o processo de 5 delas este ano, já com as etapas municipais abertas, e outras 12 se iniciarão no primeiro semestre para serem concluídas até julho do ano que vem, evitando-se o período eleitoral mais próximo, para que possamos retomar as conferências municipais depois das eleições municipais do ano que vem.

Nós buscamos, nesse processo de reconstrução, aprofundar essa questão e enraizá-la do ponto de vista federativo nos territórios, para que a participação social também possa se converter em participação popular, na forma de conselhos. Repito aqui a experiência da nossa primeira grande conferência da saúde, que colocou o seguinte objetivo, Ministro: há 44 mil unidades básicas de saúde no País, mas apenas mil têm conselhos locais de saúde, apesar de o SUS ser, como disse o ex-Deputado Amauri Teixeira, uma referência na participação social de cima a baixo. Esse desafio de interiorizar essa questão no País, levar os territórios à participação, formar conselheiros e conselheiras locais e permitir que a plataforma digital integre toda essa rede de participação nos territórios é o nosso grande objetivo para o ano que vem, graças a esse programa que nós esperamos seja aprovado pelo Congresso Nacional e possa receber também, como nós distribuimos aos Parlamentares aqui presentes, o objeto do investimento das emendas parlamentares para a promoção da participação social com a educação popular nos territórios. Como eu disse, a aprovação desse marco institucional pelo



Congresso Nacional neste ano vai nos abrir portas para muitas outras experiências de consolidação da democracia participativa no País.

Obrigado, Deputado. Ficamos à disposição de V.Exa., como sempre.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Obrigado, Renato Simões.

Quero saudar a Deputada Federal Ivoneide Caetano, da Bahia. Obrigado pela presença.

Passo a palavra para a Leany Barreiro de Sousa Lemos, Secretária Nacional de Planejamento, do Ministério do Planejamento e Orçamento.

A SRA. LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS - Obrigada, mais uma vez, Deputado Bohn Gass, pelo espaço e pelo apoio de sempre.

Eu gostei muito da frase do meu colega Renato de que demos arquitetura ao Governo. Nós sempre usamos a metáfora da carta náutica. É um pouco como os gregos: o Estado é o barco, e o planejamento diz como se guiar rumo a um destino desejado, rumo ao progresso. Mas eu gostei muito também da metáfora da arquitetura, porque, de fato, nesse processo inicial de elaboração do PPA, nós vimos muita desestruturação. Muitas políticas tinham sido descontinuadas, muitas instituições, muitos órgãos tinham sido descontinuados. Ao mesmo tempo que iniciávamos o processo de planejamento, nós ajudávamos os novos Ministérios e as áreas novas a se estruturarem. Então, eu achei interessante a metáfora, porque também expressa esse esforço que foi feito de erguer de fato uma estrutura para que os Ministérios pudessem pensar.

Planejar é usar, é transformar, é trazer os insumos para essa transformação. Nós não planejamos para ficar no mesmo lugar, nós planejamos para mudar. Então, eu acho que o papel deste PLN 28 aqui no Congresso é mostrar para onde estamos indo e como queremos a mudança: com grandes inovações, como o estabelecimento de prioridades na minuta da lei, em que trazemos o combate à fome, a redução de desigualdades, a educação básica, a saúde básica



especializada, o novo PAC, a neoindustrialização, a agenda de combate ao desmatamento e o enfrentamento da mudança climática.

Com as inovações e com as transversalidades na minuta da lei, nós passamos a discutir as políticas públicas complexas a partir dos seus públicos também, porque são políticas que precisam de um olhar não setorial, precisam de um olhar por todo o Governo. É o caso das políticas de mulheres, de crianças e adolescentes, de igualdade racial, de povos indígenas e da agenda ambiental.

Então, essas inovações do PPA, ao mesmo tempo que ocorre a grande inovação de participação social da forma como foi realizada, acho que são importantes legados desse processo, que, como disse o Deputado Bohn Gass, ainda deverá ser coroado também com a participação num sistema de monitoramento e avaliação que, além de todo o processo que deverá ser feito com a sociedade diretamente, também está previsto na minuta da lei que seja feito por um observatório com a participação da sociedade civil, do setor produtivo e da academia.

Com isso eu encerro, Deputado e prestigiosos colegas de Mesa, agradecendo às pessoas que nos ajudaram nesse esforço enorme de 8 meses. As instituições são importantes, mas eu aprendo — eu sou institucionalista de formação — cada vez mais sobre a importância das lideranças e das pessoas. E como foi importante ter pessoas de visão em todo esse processo.

Quero agradecer também o apoio à equipe que está aqui: nossos diretores e alguns coordenadores. Nós passamos muitos fins de semana e viramos muitas noites para darmos conta desse serviço que consideramos de entrega para o Brasil.

Obrigada, mais uma vez, Deputado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Eu é que agradeço. Valorizo muito esse trabalho, Leany.

A fala inicial foi do Ministro Ricardo Lewandowski. Vamos ouvi-lo também, com muita honra, no encerramento desta audiência.



Tem a palavra o Ministro Ricardo Lewandowski.

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI - Agradeço mais uma vez o prestigioso convite que me foi feito pelo Deputado Bohn Gass. Parabenizo-o pela iniciativa de realizar essas audiências públicas, sobretudo em torno desses três eixos temáticos, que são extremamente importantes e que giram, em suma, em torno da democracia.

Agradeço a presença aos Parlamentares e às senhoras e aos senhores que nos honram também com sua participação.

Eu quero dizer que a democracia depende de alguns requisitos fundamentais. Ela exige plena liberdade de ir e vir, liberdade de expressão, liberdade de reunião, liberdade de associação, enfim, liberdade de dissentir, de manifestar um pensamento divergente, o que é próprio da democracia. Mas, para que isso ocorra, é preciso que nós vivamos num ambiente de distensão, num ambiente de respeito ao próximo, de respeito ao diferente. Isso só é possível num ambiente onde as liberdades vicejem plenamente. E, claro, a democracia não pode prosperar num ambiente autoritário.

Olhando retrospectivamente para o passado recente, em que as nossas instituições democráticas e republicanas correram gravíssimo risco, eu só posso imaginar que talvez a nossa sociedade estivesse adormecida, amortecida e pouco atenta para o perigo que corria.

Por isso, eu gostaria de encerrar a minha fala com uma frase que é atribuída a Thomas Jefferson, mas, pelo que me parece, é válida para todos os tempos: "*O preço da liberdade é a eterna vigilância*".

Termino, Deputado Bohn Gass, dizendo: sejamos vigilantes, permaneçamos vigilantes.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Obrigado.



Com essas palavras, então, eu volto a agradecer a todos os integrantes da Mesa aqui, aos colegas Parlamentares e às entidades que estão nos acompanhando.

Eu quero deixar um agradecimento especial ao Fidelis, que está na consultoria da Comissão, à Rita e a toda a equipe que está aqui sempre disposta a nos ajudar. Quero também deixar um agradecimento a todos os demais assessores.

Sigamos. Este é um passo importante. Nós vamos ter aqui, nos próximos dias, a votação do relatório preliminar que está sendo construído. Os próprios Parlamentares poderão fazer emendas durante o debate. Depois, faremos a votação aqui e no Congresso Nacional. Como eu disse antes, há três peças que se entrelaçam este ano: a LDO, o PLOA e o PPA. Então, haverá muito debate ainda até o final do ano, e espero que possamos fazer isso neste ambiente de participação que vem sendo constituído aqui.

Agradeço o comparecimento a todos os convidados e convidadas, a todos os Srs. e Sras. Parlamentares, aos assessores e aos servidores das duas Casas Legislativas e aos nossos palestrantes.

A reunião está encerrada. Obrigado. (*Palmas.*)